

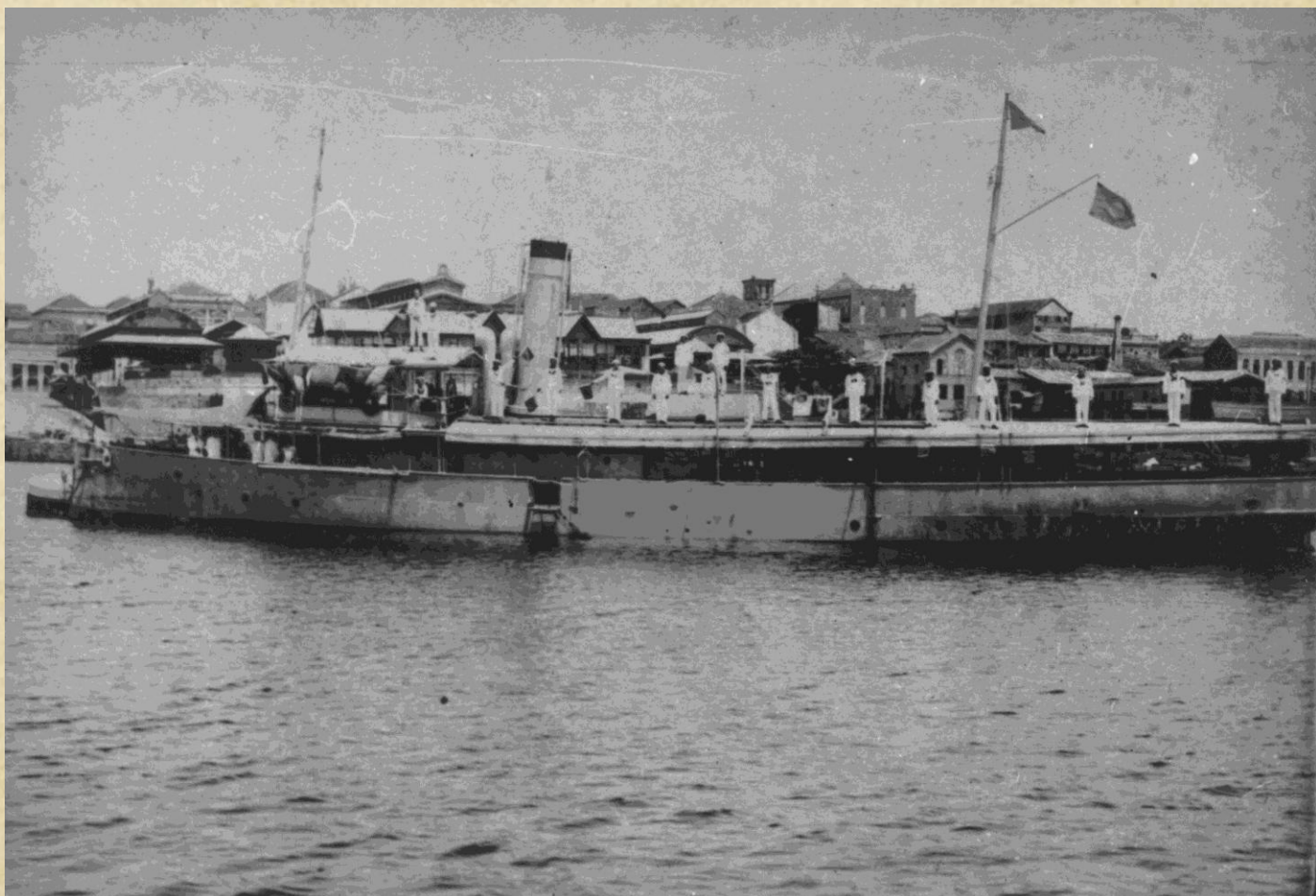


AJURICABA I

Aviso Fluvial

Incorporação: 19 de janeiro de 1923.

Baixa: 5 de setembro de 1932.



(Acervo: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha)

Aviso-Fluvial construído para o Governo do Estado do Amazonas pela firma Rose & Duncan, de Glasgow, na Escócia, por intermédio da Casa Rodgers & Comp., em 1923.

Seu nome Ajuricaba recorda o cacique da tribo dos Manaus que se aliou aos holandeses. Os indígenas barganhavam produtos extraídos da mata em troca de mercadorias e utensílios fabricados pelos europeus, principalmente facões e armas de fogo. Ajuricaba organizou uma enorme frota de canoas para percorrer os rios da Amazônia. Quando alguns indígenas começaram a guiar os portugueses na caça de índios, Ajuricaba resolveu ir ao ataque.



Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



Em uma batalha no ano de 1723, os portugueses fizeram Ajuricaba de prisioneiro e o levaram para bordo de um navio com destino a Belém para ele ser julgado. No meio da viagem, ele conseguiu amotinar os outros presos, mas foram subjugados pela tripulação. Vendo que não havia mais saída, em uma manhã conseguiu arrastar-se até a borda do navio e jogou-se no rio, onde desapareceu.

Suas principais características eram: deslocamento, 120 t; comprimento 125 pés; boca 18 pés; pontal 2,74 m e calado, 0,9 m. Dispunha de uma caldeira cilíndrica, desenvolvendo suas máquinas, à força de 456 cv chegando a velocidade máxima de 15 milhas, sendo a econômica de 8 milhas. Tinha um hélice e uma chaminé. A capacidade das carvoeiras era de 48 t e consumia em 24 horas 2,4 toneladas de combustível. Foi adquirido pelo Ministério da Marinha, na gestão do Almirante Alexandrino de Alencar (1922-1926), em 1923, pelo Aviso Ministerial nº 822 de 14 de fevereiro daquele ano e foi incorporado à Esquadra com a categoria de aviso fluvial, recebendo o nome de Ajuricaba, conforme Ordem do Dia nº 17 do Ministro da Marinha de 19 de fevereiro de 1923. Recebeu o distintivo numérico 71; o internacional GBFZ; o telegráfico SNY; e o de correspondência Ajumar. Foi classificado como navio de 4.^a classe, sendo artilhado com dois canhões de 47 mm e duas metralhadoras de 7 mm.

Realizou as seguintes comissões:

04/03/1923 – Suspendeu do porto de Manaus e fundeou em Santarém no dia seguinte;

05/03/1923 – Suspendeu de Santarém e fundeou no porto de lenha Cavado, de onde levantou âncora para fundear no porto de lenha Paraíso, no dia seguinte;

06/03/1923 – Zarpou e chegou a Belém no dia seguinte, atracando ao cais. Recebeu a bordo o Comandante da Flotilha, o Capitão dos Portos e os comandantes da Região Militar e do 26º Batalhão de Caçadores. Nesse mesmo dia, demandou à Ilha do Mosqueiro, regressando à tarde, atracando ao cais, de onde suspendeu amarrando a ponte do Arsenal. Conservou-se nessa situação nos meses de abril, maio e junho;

19/07/1923 – Foi-lhe mudado o mastro para um metro a ré de sua posição primitiva, suspendeu para várias experiências e tomou a boia;



Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



10/08/1923 – Participou da Revista Naval e da Festa Veneziana, realizadas na Baía de Guajará, voltando à ponte do Arsenal, onde esteve atracado;

22/10/1923 – Suspendeu de Manaus transportando o comandante da Região Militar;

23/01/1924 – Suspendeu e navegou até a Boca do Rio Solimões para fazer exercícios de tiro de metralhadoras; recebeu lenha no porto de Marapatá e regressou para Manaus no dia 30;

Ago/1924 – Por intermédio do Primeiro-Tenente Lemos Cunha, com as Canhoneiras *Missões* e *Tefé*, adere à Revolta e ocupa o Forte dos Óbidos;

12/09/1924 – Suspendeu a reboque do Vapor *Manaus* do Lloyd Brasileiro e, com escalas em Óbidos e Santarém, chegou a Belém no dia 17. Passou o mês de outubro fundeado. Pelo Decreto nº 16.623, de 1º de outubro, foi incorporado à Flotilha do Amazonas.

Por meio do Aviso Ministerial nº 3740 de 16 de setembro de 1926, passou a denominar-se canhoneira. Por meio do Aviso Ministerial nº 2.291 de 5 de setembro de 1932, foi mandado dar-lhe baixa do serviço.